

As reservas são mais baixas do que disse Sarney?

relativos aos juros da dívida externa de 1986

As reservas cambiais do País seriam de apenas US\$ 2,4 bilhões, e não de US\$ 3,962 bilhões como foi divulgado pelo presidente Sarney em seu pronunciamento à Nação, quando anunciou a suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados internacionais. Foi o que afirmou ontem em Brasília uma fonte parlamentar.

De acordo com o informante, no cálculo que resultou no valor de US\$ 3,9 bilhões teria ocorrido dupla contagem de um **funding** do Banco do Brasil, no montante de US\$ 1,0 bilhão, além da agraga-

ção de recursos destinados a pagamentos ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, e que não poderiam fazer parte das reservas porque já estavam comprometidos.

A conclusão — de acordo com a informação — é de que o presidente Sarney foi induzido a um equívoco ao anunciar uma posição de reservas quase US\$ 1,6 bilhão acima da disponibilidade efetiva de cambiais do País no Exterior.

Como a posição das reservas em outubro de 1986 era de apenas US\$ 5,0 bilhões, segundo revelação feita no Con-

gresso pelo ministro da Fazenda, Dílson Funaro, muitos estranharam que, de novembro a janeiro, quando os saldos da balança comercial declinaram rapidamente, e o País passou a assumir perdas líquidas mensais da ordem de US\$ 900,0 milhões, a erosão das reservas tenha sido de pouco mais de US\$ 1,0 bilhão.

A surpresa maior partiu dos bancos estrangeiros, que acompanhavam de perto a variação das disponibilidades cambiais do País e não esperavam que elas estivessem no nível anunciado pelo presidente em cadeia de rádio e televisão.

O Planalto evita choque com Aureliano e explica o que considera traição

As palavras do presidente José Sarney, na sexta-feira, quando anunciou a moratória, censurando os críticos do governo e considerando-os traidores, não dizem respeito à crítica construtiva, apressou-se a explicar ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto. As explicações do porta-voz vieram envoltas em muita cautela, para evitar que o Palácio do Planalto entre mais uma vez em rota de colisão com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves: o ministro havia declarado em Belo Horizonte que só um idiota considerava a crítica uma traição à Pátria.

Segundo Frota Neto, traição é a deturpação deliberada dos fatos, pois lesam os interesses nacionais, mas a crítica construtiva é bem-vinda. O presidente Sarney é defensor do diálogo e da crítica, disse o porta-voz, e tem conduzido o seu governo dentro de um clima de participação.

Depois de ter tomado conhecimento das declarações de Aureliano pelos jornais, Frota Neto não quis admitir que o qualifica-



tivo idiota estava sendo empregado contra o governo.

Ponderação

Ontem, em Belo Horizonte, Aureliano Chaves advertiu que o Brasil vive "um momento de graves dificuldades" e que, por isso, a Aliança Democrática, que dá sustentação ao governo Sarney, não pode sofrer nenhum abalo. Ele salientou que a crise brasileira exige de cada político da aliança formada pelo PMDB e o PFL, "espírito de solidariedade e capacidade de ser ponderado em suas avaliações", pois, "há uma peculiaridade: o presidente Sarney está enfrentando um momento difícil da vida do País".

O ministro das Minas e Energias voltou a condenar a luta de alguns setores do PMDB contra a participação do PFL no governo federal e afirmou que não vê razões para se fazer uma nova distribuição de forças da Aliança Democrática, mediante a participação em ministérios. "Não tivemos eleições no plano federal, só nos Estados, e é natural que as alterações políticas ocorram apenas em função das alterações registradas nos Estados", disse.

A ÍNTEGRA DO TELEX AOS BANCOS CREDORES

Essa foi a mensagem que o governo enviou ao comitê dos bancos credores do Brasil na noite da última sexta-feira, ao mesmo tempo em que o presidente Sarney anunciava a moratória em cadeia de TV.

"Uma das bases da política do governo brasileiro é seu compromisso com a promoção do crescimento econômico e a consolidação da democracia. Estes objetivos não são compatíveis com a maciça transferência de recursos para o Exterior, exigida pelo modelo de reescalonamento da dívida aplicado até agora. Se for mantido, este modelo perpetuará uma situação de subfinanciamento da economia brasileira, ameaçando assim as perspectivas de crescimento. Apesar da redução do superávit comercial, o resultado obtido em 1986 e os esperados para os próximos anos colocam ainda este superávit entre os mais altos do mundo, especialmente quando comparado com o tamanho da economia brasileira ou quando confrontado com a pequena participação do País no comércio mundial total. Nos últimos quatro anos, o Brasil foi afastado do mercado financeiro internacional, enquanto as taxas internacionais de juros continuavam substancialmente mais altas do que os níveis históricos em termos reais.

No momento, em vista do montante dos pagamentos do serviço da dívida, a redução do superávit comercial ameaça o nível das reservas em moeda estrangeira. É do interesse tanto do Brasil como de seus credores que o nível de reservas seja preservado.

Conseqüentemente, o governo brasileiro está adotando agora medidas severas para estabilizar a economia, intensificando a luta contra a inflação e promovendo as exportações. Espera-se que um processo de renegociação da dívida externa seja iniciado o mais depressa possível.

Neste período provisório, a fim de preservar a liquidez externa do País, estão sendo implementadas, a partir de hoje e enquanto durar o processo de negociação, as seguintes medidas:

1) Todos os pagamentos de juros devidos a médio e longo prazos aos bancos comerciais estrangeiros serão pagos numa no-

va operação de depósito no Banco Central do Brasil.

2) Estes depósitos terão o valor nominal da moeda estipulada nos contratos e serão remunerados sob os termos a serem estabelecidos no processo de negociação. Estes termos se aplicarão de forma retroativa ao dia de hoje.

3) Os pagamentos a médio e longo prazo do principal da dívida continuarão a ser depositados no Banco Central, sob os termos das medidas interinas, até 31 de março de 1987. Os "spreads" e outras condições que prevalecerão depois serão estabelecidas no processo de negociação.

4) No tocante aos depósitos do principal, o "spread" a ser combinado no processo de negociação se aplicará retroativamente a partir de 1º de janeiro de 1987.

5) Os pagamentos interbancários a curto prazo e as linhas comerciais não sofrerão qualquer mudança. Confiamos que estas linhas serão renovadas, dada a sua importância para a capacidade de pagamento do Brasil. Neste ponto, é fundamental a cooperação.

6) O Banco Central do Brasil fica a disposição da comunidade financeira internacional para qualquer esclarecimento de pontos adicionais, bem como dos relevantes motivos que levaram o Brasil a tomar esta decisão.

Estas medidas foram ajustadas para que pudessem atender às atuais necessidades de divisas estrangeiras do Brasil. Levando em conta sua natureza provisória, o governo espera que as negociações resultem num esquema permanente a médio e longo prazo, através do qual o relacionamento do Brasil com seus bancos credores seja colocado numa base estável e mutuamente vantajosa. O Brasil está disposto a entrar imediatamente em negociações e a discutir abertamente todas as questões.

No sentido de agilizar as próximas dis-

cussões na busca de um acordo imediato, o Brasil está pronto a apresentar uma proposta para o reescalonamento de sua dívida externa com os bancos comerciais.

A perspectiva realista de que o crescimento e a capacidade de pagamento do Brasil aumentarão com o tempo sugere que a proposta não envolverá perdas para os bancos credores. Não conterá exigências de cancelamento do débito ou de taxas de juros reduzidas. Sua implementação não exigirá, portanto, subsídios, seja do governo, seja de fontes multilaterais. Será apresentada num espírito positivo e de cooperação e estará destinada a garantir níveis adequados de financiamento para a economia brasileira a médio e longo prazo.

O reescalonamento da dívida externa do País é um elemento essencial na estratégia de estabilização do governo brasileiro. Juntamente com medidas de ajustamento interno que foram tomadas e continuarão a ser tomadas, uma solução duradoura do problema da dívida garantirá a consecução de taxas adequadas de crescimento econômico, com baixas taxas de inflação e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

A iniciativa adotada hoje pelo Brasil não deve ser considerada como o enfraquecimento de seus laços com a comunidade internacional. Mas sim, como um primeiro passo para a restauração da dinâmica do comércio exterior do País e dos fluxos de investimento externo.

O Brasil está consciente de sua responsabilidade internacional e não deseja, em momento algum, tornar-se uma economia autárquica. A posição que agora está adotando visa a conferir estabilidade à sua participação no contexto financeiro internacional e a consolidar sua economia de mercado e uma sociedade democrática, aberta, pluralista.